



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
São Luís-MA, CEP 65020-070
(98) 2109-1000 - http://huufma.ebserh.gov.br

Minuta de Contrato - SEI

Processo nº 23523.022039/2021-17

Unidade Gestora: [155010]

**AQUISIÇÃO DE BENS E INSUMOS
ENFRENTAMENTO AO COVID-19**

MINUTA

CONTRATO Nº **XX/20XX** PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO TIPO: MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA COVID-19 E COMORBIDADES ASSOCIADAS (CLORIDRATO DE DEXMETETOMIDINA, DEXTROCETAMINA, ENOXAPARINA, PROPOFOL, ENTRE OUTROS) PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DO HU-UFMA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **EBSERH/HUUFMA** E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**

CONTRATANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, estabelecida através da Lei. 12.550, de 15 de dezembro de 2011, Decreto 7.661, de 28 de dezembro de 2011, inscrita no CNPJ nº **15.126.437/0004-96**, com sede na Rua Barão de Itapary, 227, Centro, CEP: 65.020-070, São Luís – MA, neste ato representado por sua Superintendente, **Joyce Santos Lages**, brasileira, portadora do RG n.º 058719802016-0 SSP/MA, Matrícula SIAPE n.º 2337390 e CPF n.º 678.455.333-00, nomeada pela Portaria nº 22, de 26 de abril de 2013, publicado no DOU n.º 81, fls. 11, de 29 de abril de 2013, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 08, de 09 de janeiro de 2019 e por, **Eurico Santos Neto**, Gerente Administra brasileiro, portador da RG n.º 0000386715955 SSP/MA, Matrícula SIAPE n.º 2169685 e CPF n.º 717.637.323-04, nomeado pela Portaria 46, de 20 de setembro de 2012 da EBSERH, publicado no DOU de 02 de outubro de 2012, e Boletim de Serviço 60, de 20 de outubro de 2014 da EBSERH/MATRIZ.

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ: **XXXXXXXXXX**, com endereço na XXXXXXXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da RG nº XXXXXXXXXXXXXXX, e do CPF XXXXXXXXXXXXXXX.

Conforme Processo Administrativo nº 23523.022039/2021-17, e de acordo com a Dispensa de Licitação n.º, Proposta Comercial apresentada, Termo de Referência, seus encartes e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Contrato, nos termos da Medida Provisória nº 1.047/2021, da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 8.945/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE, dos normativos internos da Ebserh, e mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto Aquisição de material de consumo para o Hospital Universitário da UFMA, **medicamentos para o tratamento da COVID-19 e comorbidades associadas (cloridrato de dexmedetomidina, dextrocetamina, enoxaparina, Propofol, entre outros)** com a finalidade de atender às necessidades da CONTRATANTE.

1.2. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Termo de Referência, a Proposta da CONTRATADA, a Dispensa de **SIDEC nº 0xx/20xx**, e seus Anexos, bem como os demais elementos constantes do referido processo.

1.3. Discriminação do objeto:

1.3.1. O material de consumo tipo **medicamentos e outros produtos para saúde usados no tratamento da COVID-19 e complicações**, de que trata este Termo estão especificados em um total de **22 itens**.

Ordem	Catmat	Especificação	Unidade	Quantidade
1	352204	CLORIDRATO DE DEXMETETOMIDINA 100MCG 2ML SOL. INJETÁVEL 2ML - 100MCG/ML	AMPOLA	2000
2	425182	DEXTROCETAMINA CLORIDRATO 50MG/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -	FRASCO	1600
3	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG/0,2ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA -	SERINGA	800
4	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOL. INJ. SERINGA PREENCHIDA	SERINGA	4700
5	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA -	SERINGA	5600
6	305935	Propofol 10mg/ml 50ml emulsão injetável -	FRASCO AMPOLA	1500
7	308885	SULFAMETOXAZOL ASSOC. À TRIMETOPRIMA 80MG + 16MG/ML 5ML (400MG + 80MG/5ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL -	AMPOLA	2000
8	271725	PIPERACILINA ASSOC. COM TAZOBACTAN 4G + 500MG SOL. INJ. -	FRASCO AMPOLA	8500
9	340178	Cisatracúrio, besilato 2mg/ml 5 ml sol. injetável -	AMPOLA	20000
10	271100	Amoxicilina assoc. com clavulanato de potássio 1g + 200mg injetável	FRASCO AMPOLA	240
11	292419	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML SOL INJ.	AMPOLA	5800
12	313689	FOSFATO DE POTÁSSIO, MONOBÁSICO E DIBÁSICO, 2MEQ/ML 10ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL -	AMPOLA	500
13	272044	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,15MG	COMPRIMIDO	1600
14	267195	DIAZEPAM 5MG -	COMPRIMIDO	1200

15	267647	Digoxina 0,25 mg	COMPRIMIDO	900
16	273310	Hidroxizina cloridrato, 25mg -	COMPRIMIDO	2300
17	268093	METADONA 10MG -	COMPRIMIDO	4500
18	276656	Metoprolol succinato 25mg, liberação controlada -	COMPRIMIDO	2800
19	272831	Quetiapina 25 mg	COMPRIMIDO	1800
20	267745	Sinvastatina 40mg	COMPRIMIDO	5000
21	292399	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML (VIT K) INTRAMUSCULAR SOL INJ. -	AMPOLA	1800
22	272796	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML 5ML SOL INJ	FRASCO AMPOLA	8000

1.3.2. Os itens 03 a 05 deverão ser da mesma marca/fabricante, por se tratarem do mesmo medicamento biológico em diferentes concentrações e não serem intercambiáveis.

1.3.3. O quantitativo solicitado a entrega será de forma parcelada, sendo que a previsão de entrega na primeira parcela corresponde a 25% da totalidade e as demais parcelas serão solicitadas mediante consumo médio durante o período emergencial da síndrome COVID-19.

1.3.4. O cronograma de entrega para os itens, baseia-se numa estimativa de consumo como descrito no item 4.3, do Termo de Referência, conforme quadro abaixo:

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quantidade Total	1ª entrega	2ª entrega	3ª entrega	4ª entrega
1	35220	CLORIDRATO DE DEXMEDETOMIDINA 100MCG 2ML SOL. INJETÁVEL 2ML - 100MCG/ML	AMPOLA	2000	750	500	500	250
2	425182	DEXTROCETAMINA CLORIDRATO 50MG/ML 10ML SOLUÇÃO INJETÁVEL -	FRASCO	1600	600	400	300	300
3	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG/0,2ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA -	SERINGA	800	400	200	200	0
4	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOL. INJ. SERINGA PREENCHIDA	SERINGA	4700	1200	1200	1200	1100
5	448982	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA -	SERINGA	5600	1400	1400	1400	1400
6	305935	Propofol 10mg/ml 50ml emulsão injetável -	FRASCO AMPOLA	1500	500	250	250	500
7	308885	SULFAMETOXAZOL ASSOC. À TRIMETOPRIMA 80MG + 16MG/ML 5ML (400MG + 80MG/5ML) SOLUÇÃO INJETÁVEL -	AMPOLA	2000	500	500	500	500
8	271725	PIPERACILINA ASSOC. COM TAZOBACTAN 4G + 500MG SOL. INJ. -	FRASCO AMPOLA	8500	4500	2000	2000	0
9	340178	Cisatracúrio, besilato 2mg/ml 5 ml sol. injetável -	AMPOLA	20000	5000	5000	5000	5000
10	271100	Amoxicilina assoc. com clavulanato de potássio 1g + 200mg injetável	FRASCO AMPOLA	240	60	60	60	60
11	292419	CLINDAMICINA 150MG/ML 4ML SOL INJ.	AMPOLA	5800	1450	1450	1450	1450
12	313689	FOSFATO DE POTÁSSIO, MONOBÁSICO E DIBÁSICO, 2MEQ/ML 10ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL -	AMPOLA	500	300	0	200	0
13	272044	CLONIDINA, CLORIDRATO 0,15MG	COMPRIMIDO	1600	400	400	400	400
14	267195	DIAZEPAM 5MG -	COMPRIMIDO	1200	500	200	200	300
15	267647	Digoxina 0,25 mg	COMPRIMIDO	900	300	200	200	200
16	273310	Hidroxizina cloridrato, 25mg -	COMPRIMIDO	2300	1000	300	300	700
17	268093	METADONA 10MG -	COMPRIMIDO	4500	1500	1000	1000	1000
18	276656	Metoprolol succinato 25mg, liberação controlada -	COMPRIMIDO	2800	1000	600	600	600
19	272831	Quetiapina 25 mg	COMPRIMIDO	1800	900	300	300	300
20	267745	Sinvastatina 40mg	COMPRIMIDO	5000	2000	1000	1000	1000
21	292399	FITOMENADIONA 10MG/ML 1ML (VIT K) INTRAMUSCULAR SOL INJ. -	AMPOLA	1800	600	300	300	600
22	272796	HEPARINA SÓDICA 5000 UI/ML 5ML SOL INJ -	FRASCO AMPOLA	8000	4000	2000	2000	0

1.4. Os quantitativos dos materiais pertencentes ao escopo desta contratação consistem em análises estimativas para consumo previsto para 180 (cento e oitenta) dias. Portanto, não traz obrigatoriedade a este HUUFMA/Ebserh a aquisição da totalidade dos itens.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá vigência por um período de **180 (cento e oitenta) dias**, com início em xx/xx/xxxx e término em xx/xx/xxx.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$.....

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 202..., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O Hospital Universitário da UFMA efetuará o pagamento à contratada, **em até 30 (trinta) dias**, através de depósito bancário, em conta, na Agência Bancária e conta indicada pela mesma, depois de certificado o recebimento definitivo com a verificação da qualidade e quantidade e sua consequentemente aceitação mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula terceira, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada pela Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Aceite de Material Médico-Hospitalar e pela Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSERH, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas após a ocorrência da anualidade.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. A entrega do(s) material(is) deverá ser efetuada no Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, **no anexo Central de Abastecimento Farmacêutico do Setor de Farmácia do Hospital Universitário da UFMA, e no prazo indicado na proposta pelo fornecedor a partir da recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)- CEP: 65020-070, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis.**

7.2. O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

7.2.1. provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes do Anexo I, deste Edital, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

7.2.2. definitivamente – no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

7.2.3. a) Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

7.2.4. b) Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

7.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.4. Prazo de validade dos materiais igual ou superior a **12 (doze) meses a partir da entrega ou no MÍNIMO 75% de seu prazo de validade para itens manipulados ou produtos cuja validade máxima seja de 1 ano**.

7.5. O recebimento do(s) material(is) com validade que atenda em até 75% do período necessário poderá ser autorizado de forma excepcional, após avaliação da equipe técnica e mediante a apresentação de JUSTIFICATIVA DO PARTICIPANTE, acompanhada da DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA TROCA DO MEDICAMENTO OU MATERIAL, que por ventura tenha validade expirada (vencida) devido ao não atendimento do subitem 6.4;

7.6. Os medicamentos e/ou produtos deverão ser fornecidos em embalagem com apresentação em conformidade com os requisitos estabelecidos pela RDC Nº 59/2000 - ANVISA, assim como os rótulos e/ou etiquetas de identificação nos termos do Art. 31, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), onde devem constar de forma clara, precisa e **em língua portuguesa** as seguintes informações: identificação do medicamento, lote, data de fabricação, prazo de validade, número do registro no órgão competente, nome do responsável técnico e as instruções para armazenamento.

7.7. Aos medicamentos ou materiais que apresentarem **as embalagens violadas serão rejeitadas**.

7.8. É vedada a entrega de material em desacordo com as especificações que constam neste termo de referência e na proposta.

7.9. O item rejeitado deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias úteis da data de notificação. Não ocorrendo o fato no prazo estabelecido, o fornecedor arcará com os custos de armazenagem, quebras e outros incidentes sobre o material, a partir da data de confirmação da impropriedade;

7.10. Os custos de substituição dos produtos rejeitados correrão exclusivamente a expensas da CONTRATADA

7.11. Não serão pagos o(s) material (is) entregue(s) em locais diferentes do mencionado no item 7.1 ou a pessoas não autorizadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

8.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela entrega do objeto, à CONTRATANTE é reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre as entregas;

8.2. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários;

8.3. A CONTRATANTE através do(s) responsável(is) pelo recebimento do objeto deverá fiscalizar e registrar em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.4. A fiscalização poderá exigir a substituição de qualquer fornecimento feito em desacordo com as especificações, devendo tal substituição ser formalizada por pedido escrito da fiscalização;

8.5. As decisões que ultrapassem a competência da equipe de recebimento do objeto contratado deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior para, em tempo hábil, adotar medidas pertinentes.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos medicamentos/ou materiais por meio de designados especialmente para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva nota fiscal, com as ressalvas que se fizerem necessárias.

- 9.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 9.3. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento do material a cargo da vencedora.
- 9.4. Proceder o pagamento na forma e no prazo pactuados.
- 9.5. Controlar o saldo financeiro e a quantidade dos produtos; providenciar a emissão da nota de empenho e indicar um responsável para contatos e soluções pertinentes.
- 9.6. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos no recebimento, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e às apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 9.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 9.8. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.
- 9.9. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações da vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente do HUUFMA.
- 9.10. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o vencedor.
- 9.11. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.12. Tomar medidas para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma adequada por profissional com capacidade técnica para tal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA obrigará-se-á:
- 10.1.1. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do Termo;
- 10.1.2. Responsabilizar-se por todas as despesas impostas, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados.
- 10.1.3. Efetuar a entrega do(s) produto(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do item 4, no prazo máximo estabelecido em proposta enviada, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.
- 10.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990).
- 10.1.5. Substituir às suas expensas no prazo de até 10 (dez) dias corrido, após o recebimento da notificação expedida pelo Hospital Universitário da UFMA, o material caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencido ou em desacordo com as especificações do Termo de Referência.
- 10.1.6. Comunicar ao Hospital Universitário da UFMA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto.
- 10.1.7. **Manter os dados cadastrais (e-mail, telefone e endereço) atualizados** no momento da entrega da proposta e atualizar eventuais alterações junto ao Setor de Farmácia Hospitalar.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, da Lei nº 12.846/2013, da Lei nº 10.520, de 2002, e de todas as regras da regras gerais de direito penal previstas no Código Penal Brasileiro (artigo 12), salvo se existente regra específica sobre licitação, o licitante/adjudicatário que:
- 11.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não manter a proposta.
- 11.2. A Contratada que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência por escrito, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa;
- 11.2.3. Suspensão de licitar e contratar;
- 11.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303, de 2016, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. **As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

- 12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 114 e 115 do RLCE, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.
- 12.2. Além dos motivos dispostos no rol exemplificativo constante do normativo supracitado, também configuram motivos para a rescisão contratual:
- 12.2.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto - esta última quando vedada no Termo de Referência -, respeitado ainda o disposto no art. 78 da Lei nº 13.303/2016; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Termo de Referência e no Contrato ou previamente autorizadas pela CONTRATANTE;
- 12.2.2. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

- 12.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato; e
- 12.2.4. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4. A rescisão por ato unilateral poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:
- 12.5. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- 12.6. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.
- 12.7. Dada a natureza do contrato, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a rescisão unilateral só poderá produzir efeitos depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos, ou desde que assegurada indenização dos prejuízos decorrentes.
- 12.8. Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta com antecedência mínima de 3 (três) meses da data em que se pretende cessar a execução do objeto.
- 12.9. O abandono da execução contratual configura motivo para imediata rescisão unilateral.
- 12.10. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 12.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.10.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 103 e seguintes do RLCE.
- 13.2. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:
- 13.2.1. descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;
- 13.2.2. descrição detalhada da proposta de alteração;
- 13.2.3. justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;
- 13.2.4. detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato;
- 13.2.5. concordância das partes, por escrito, em relação às alterações propostas.
- 13.3. A CONTRATADA fica obrigada a OU poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 1.047/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ANTINEPOTISMO

- 14.1. É vedada à CONTRATADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para contratação de pessoas que apresentem relação de parentesco com agente público exercente de cargo em comissão ou função de confiança ligado à Ebserh, nos termos do art. 7º, do Decreto nº 7.203/10.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

- 15.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as disposições contidas na Medida Provisória nº 1.047/2021, na Lei nº 13.303/2016, RLCE e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá à CONTRATANTE, no prazo de cinco dias úteis contados da assinatura deste instrumento, providenciar a disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), do ato de autorização da contratação direta, bem como das informações previstas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.047/2021, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
- 18.1.1. A CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.;
- 18.1.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.
- 18.1.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor.
- 18.1.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à CONTRATANTE.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 19.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de São Luís, Capital do Estado do Maranhão para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

(assinado eletronicamente)
Joyce Santos Lages
Superintendente EBSEH/HUUFMA
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)
Eurico Santos Neto
Gerente Administrativo EBSEH/HUUFMA
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XX
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Herivelto Alves, Assistente Administrativo**, em 11/06/2021, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 11/06/2021, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14198166** e o código CRC **D8393B83**.

Referência: Processo nº 23523.022039/2021-17 SEI nº 14198166

Criado por [herivelto.alves](#), versão 26 por [herivelto.alves](#) em 11/06/2021 16:03:35.